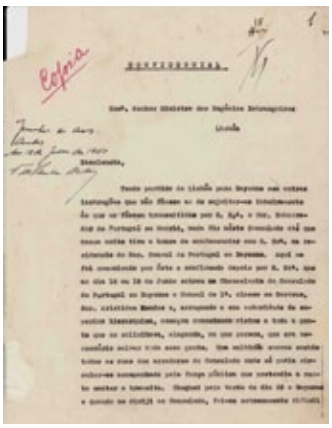
Vidas Poupadas

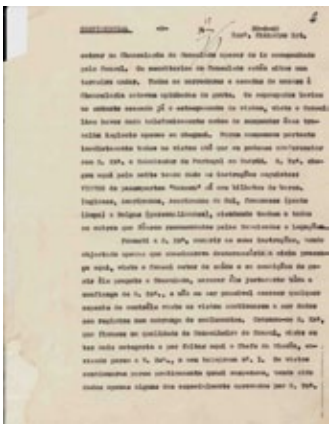
A acção de três diplomatas portugueses na II Guerra Mundial

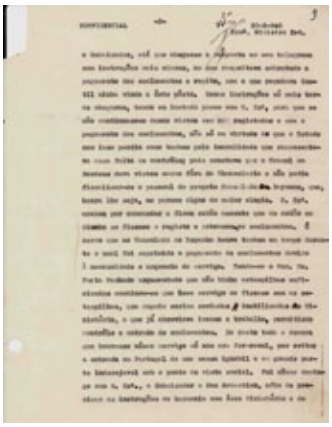
1 Jul. 1940

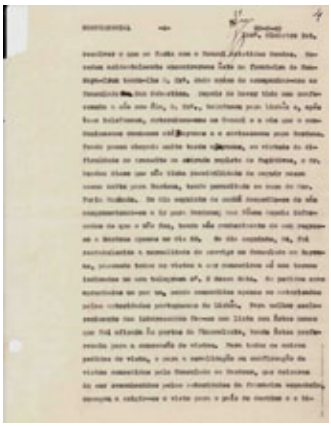
Relatório de Armando Lopo Simeão sobre a sua missão especial a Bayonne.

(AHD - Processo Disciplinar de Aristides de Sousa Mendes)









CONFIDENCIAL

Exm.º Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros

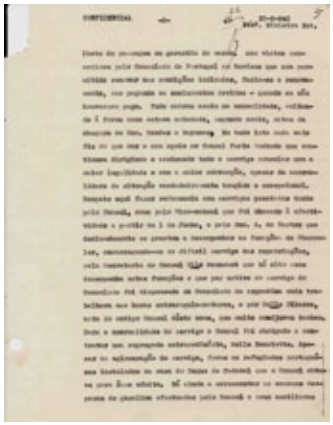
Lisboa

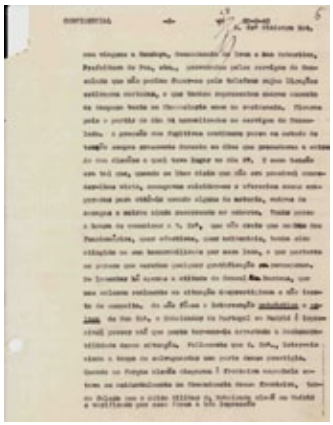
Excelência,

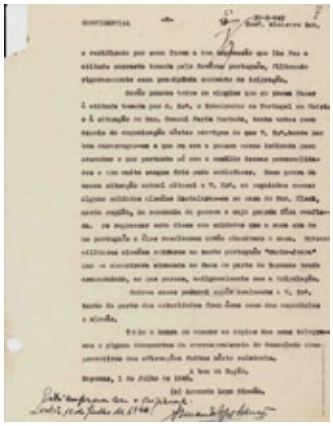
Tendo partido de Lisboa para Bayonne sem outras instruções que não fossem as de sujeitar-me inteiramente às que me fossem transmitidas por S. Ex.ª o Snr. Embaixador de Portugal em Madrid, nada fiz neste consulado até que nessa noite tive a honra de conferenciar com S. Ex.ª na residência do Snr. Cônsul de Portugal em Bayonne. Aqui me foi comunicado por este e confirmado depois por S. Ex.ª que no dia 18 ou 19 de Junho na Chancelaria do consulado de Portugal em Bayonne o cônsul de 1ª classe em Bordéus, Snr. Aristides Mendes e, arrogando a sua autoridade de superior hierárquico, começou concedendo vistos a toda a gente que os solicitava, alegando, ao que parece, que era necessário salvar toda essa gente. Uma multidão enorme enchia todas as ruas dos arredores do consulado onde só podia circular-se acompanhado pela força pública que pretendia a custo manter o trânsito. Cheguei pela tarde do dia 22 a Bayonne e quando me dirigi ao consulado, foi-me extremamente difícil entrar na chancelaria do consulado apesar de ir acompanhado pelo cônsul. Os escritórios do consulado estão sitos num terceiro andar. Todos os corredores e escadas de acesso à chancelaria estavam apinhadas de gente. Os empregados haviam no entanto cessado já o estampilhamento de vistos, visto o cônsul lhes haver dado telefonicamente ordem de suspender esse trabalho inglório, apenas eu cheguei. Foram suspensos portanto imediatamente todos os vistos até que eu pudesse conferenciar com S. Ex.ª o Embaixador de Portugal em Madrid. S. Ex.ª chegou aqui pela noite tendo dado as instruções seguintes: VISTOS de passaportes "Nansen" só com bilhetes de barco. Ingleses, americanos do sul, franceses (gente limpa) e belgas (personalidades), atendendo também a todos os outros que fossem recomendados pelas Embaixadas e Legações.

Prometi a S. Ex.ª cumprir as suas instruções, tendo objectado apenas que considerava desnecessária a minha presença aqui, visto o cônsul estar de saúde e em condições de gerir ele próprio o consulado, merecer ele justamente toda a confiança de S. Ex.ª, e não me ser possível exercer qualquer espécie de controle visto os vistos

continuarem a ser dados sem registo nem cobrança de emolumentos. Ordenou-me S. Ex.ª ficasse na qualidade de conselheiro do cônsul, visto eu ter mais categoria e por faltar aqui o chefe da missão, enviando porém a V. Ex.ª, o meu telegrama n.º 1. Os vistos continuaram porém praticamente quase suspensos, tendo sido dados apenas alguns dos especialmente aprovados por S. Ex.ª o Embaixador, até que chegasse a resposta ao meu telegrama com instruções mais claras, no que respeitava sobretudo o pagamento dos emolumentos e repito, sem o que reputava inútil a minha vinda a este posto. Essas instruções só mais tarde chegaram, tendo eu instado porém com S. Ex.ª, para que se não continuassem dando vistos sem serem registados e sem o pagamento dos emolumentos, não só em virtude do que o Estado com isso perdia como também pela imoralidade que representava essa falta de controle; pois constava que o cônsul em Bordéus dava vistos mesmo fora da chancelaria e não podia fiscalizar-se o pessoal do próprio consulado em Bayonne, que, honra lhe seja, me parece digno do maior elogio. S. Ex.ª acabou por concordar e ficou então assente que de então em diante se fizesse o registo e cobrassem os emolumentos. É certo que no consulado de Espanha houve um tempo durante o qual foi suprimido o pagamento de emolumentos devido à necessidade e urgência do serviço. Tendo o Snr. Dr. Faria Machado argumentado que não tinha estampilhas suficientes combinou-se que esse serviço se fizesse sem as estampilhas, que depois seriam enviadas inutilizadas ao Ministério, o que já abreviava imenso o trabalho, permitindo controle e entrada de emolumentos. De resto toda a demora que houvesse nesse serviço só nos era favorável, por evitar a entrada em Portugal de uma massa ignóbil e em grande parte indesejável sob o ponto de vista social. Fui nesse Domingo com S. Ex.ª, o Embaixador a San Sebastian, afim, de precisar as instruções de harmonia com esse Ministério e de resolver o que se faria com o cônsul Aristides Mendes. Sucedeu acidentalmente encontrarmos este na fronteira de Hendaya – Irún tendo-lhe S. Ex.ª dado ordem de acompanhar-nos ao consulado em San Sebastian. Depois de haver tido uma conferência a sós com ele, S. Ex.ª, telefonou para Lisboa, após esse telefonema, determinou ao cônsul e a mim que o conduzíssemos connosco até Bayonne e o enviássemos para Bordéus. Tendo porém chegado muito tarde a Bayonne, em virtude da dificuldade do trânsito na estrada repleta de fugitivos, o Snr. Mendes disse que não tinha possibilidade de seguir nessa mesma noite para Bordéus, tendo pernoitado em casa do Snr. Faria Machado. No dia seguinte de manhã despediu-se de nós comprometendo-se a ir para Bordéus; mas fomos depois informados de que o não fez, tendo nós conhecimento do seu regresso a Bordéus apenas no dia 26. No dia seguinte, 24, foi restabelecida a normalidade do serviço no consulado em Bayonne, passando todos os vistos a ser concedidos só nos termos indicados no meu telegrama n.º 2 dessa data. Os pedidos eram apreciados um por um, sendo concedidos apenas os autorizados pelas autoridades portuguesas em Lisboa. Para melhor esclarecimento dos interessados fez-se uma lista com estes nomes que foi afixada às portas da







chancelaria, tendo estas preferência para a concessão de vistos. Para todos os outros pedidos de visto, e para a revalidação ou confirmação de vistos concedidos pelas autoridades da fronteira espanhola começou a exigir-se o visto para o país de destino e o bilhete de passagem ou garantia do mesmo. Aos vistos concedidos pelo consulado de Portugal em Bordéus que era permitido renovar nas condições indicadas, fazia-se o renovamento, mas pagando os emolumentos devidos – quando os não houvessem pago. Tudo entrou assim na normalidade, voltando à forma como estava ordenado, segundo creio, antes da chegada do Snr. Mendes a Bayonne. Em tudo isto nada mais fiz do que dar o meu apoio ao cônsul Faria Machado que continuou dirigindo e assinando todo o serviço consular com a maior legalidade e com a maior correcção, apesar da anormalidade da situação verdadeiramente trágica e excepcional. Compete aqui fazer referência aos serviços prestados tanto pelo cônsul, como pelo vice-cônsul que foi chamado à efectividade a partir de 1 de Junho, e pelo Snr. A. de Castro que dedicadamente se prestou a desempenhar as funções de chanceler, encarregando-se do difícil serviço das repatriações, pela secretaria do cônsul Melle Mocosant que há oito anos desempenha estas funções, e que, por motivo do serviço do consulado, foi dispensado do consulado da Argentina onde trabalhava nas horas extra-regulamentares, e por Melle Diharce, neta do antigo cônsul deste nome, que muito coadjuvou também. Dada a anormalidade do serviço o cônsul foi obrigado a contratar uma empregada extraordinária, Melle Henriette. Apesar da aglomeração de serviço, foram os refugiados portugueses instalados na casa do Duque do Cadaval que o cônsul obteve para esse efeito. Há ainda a acrescentar as enormes despesas de gasolina efectuadas pelo cônsul e seus auxiliares com viagens a Hendaya, Comandância de Irún e San Sebastian, Prefeitura de Pau, etc., provocadas pelos serviços do consulado que não podiam fazer-se pelo telefone cujas ligações estiveram cortadas, e que também representam enorme aumento de despesa tanto na chancelaria como na residência. Ficaram pois a partir do dia 24 normalizados os serviços do consulado. A pressão dos fugitivos continuou porém em estado de tensão sempre crescente durante os dias que precedem a entrada dos alemães a qual teve lugar no dia 27. E essa tensão era tal que, quando se lhes dizia que não era possível conceder-lhes visto, ameaçavam suicidar-se e ofereciam somas exageradas para obtê-lo usando alguns de astúcia, outros de ameaças e outros ainda recorrendo ao suborno. Tenho porém a honra de comunicar a V. Ex.ª que não creio que nenhum dos funcionários, quer efectivos, quer acidentais, tenha sido atingido na sua honorabilidade por essa lama, e que portanto me parece que mereciam qualquer gratificação ou recompensa. De lamentar há apenas a atitude do cônsul em Bordéus, que nos colocou realmente em situação desprestigiosa e não isenta de suspeita. Se não fosse a intervenção patriótica e zelosa de Sua Ex.ª o Embaixador de Portugal em Madrid é impossível prever até que ponto ter-nos-ia arrastado a desonorabilidade dessa situação. Felizmente que S. Ex.ª,

interveio ainda a tempo de salvaguardar uma parte desse prestígio. Quando as forças alemãs chegaram à fronteira espanhola estava eu acidentalmente na Comandância dessa fronteira, tendo falado com o Adido Militar da Embaixada Alemã em Madrid e verificado por essa forma a boa impressão que lhe fez a atitude correcta tomada pelo Governo Português, filtrando rigorosamente essa precipitada corrente de imigração.

Serão poucos todos os elogios que eu possa fazer à atitude tomada por S. Ex.ª o Embaixador de Portugal em Madrid e a situação do Snr. Cônsul Faria Machado, tanto antes como depois da organização destes serviços de que V. Ex.ª houve por bem encarregar-me e que eu era a pessoa menos indicada para executar e que portanto só com o auxílio dessas personalidades e com muito sangue frio pude satisfazer. Como prova da nossa situação actual citarei a V. Ex.ª os seguintes casos: Alguns soldados alemães instalaram-se em casa do Snr. Bleck, nesta região, na ausência da pessoa a cuja guarda fora confiada. Ao regressar esta disse aos soldados que a casa era de um português e eles resolveram então abandonar a casa. Outros militares entraram no Navio português "Maria-Joana" que se encontrava atracado no cais do porto de Bayonne tendo acamaradado, ao que parece, amigavelmente com a tripulação.

Outros casos poderei expor oralmente a V. Ex.ª tanto da parte das autoridades francesas como das espanholas e alemãs.

Tenho a honra de anexar as cópias dos meus telegramas e alguns documentos da correspondência do consulado comprovativos das afirmações feitas neste relatório.

A bem da Nação.

Bayonne, 1 de Julho de 1940

(a) Armando Lopo Simeão